



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA N.º 6

Acta da reunião ordinária da Assembleia Municipal das Velas, realizada no dia 18 de Abril do ano 2006:-----

----- Aos dezoito dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, pelas vinte horas, reuniu-se a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Apreciação e Votação do Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas do ano 2005.

2 – Aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício (conforme ponto 2.7.3 do POCAL).

3 – Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do Município para 2006.

4 – Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação de Municípios do Triângulo.

5 – Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação de Municípios da Ilha de S. Jorge.

6 – Indicação do membro da Assembleia Municipal para a Comissão de Análise das Candidaturas (Artigo 7.º, n.º 1, alínea b), Capítulo II) para atribuição de Bolsas de Estudo.

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: Manuel Soares da Silveira, José Gaspar Amaral Pereira, Rui Jorge Teixeira Moreira, Manuel Fernandes Lopes Ávila, Maria Adelaide Ferreira da Silveira Gambão, António Oldemiro das Neves Pedroso, Adriano Manuel de Oliveira Cabral, João Manuel Estrela Maciel, Abel Jorge Igrejas Moreira, Virgínio Manuel Fonseca da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, José Manuel Soares de Matos, Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante, Leonel Rodrigues dos Ramos, Manuel da Costa Mendonça, Luís Virgílio de Sousa da Silveira, Vasco Fernandes de Matos, Fátima de Lourdes Bettencourt Amarante e Raúl António Cordeiro Brasil. Da Freguesia das Velas foi recebido um ofício dando conta da ausência do Presidente daquela Autarquia, fazendo-se representar pelo Secretário da mesma, Lino Soares.-----

----- Foi lida a acta da sessão anterior, que após posta à votação foi aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida o Senhor Presidente procedeu à leitura de toda a correspondência recebida.--

----- Pelos Grupos Municipais do P.S.D. e C.D.S./P.P. foi apresentado uma moção que a seguir se transcreve: “No decorrer de uma “sessão de esclarecimento” realizada no Auditório Municipal das Velas no dia 01 de Março de 2006, o Senhor Secretário Regional da Economia, afirmou, e citamos “o Porto Comercial das Velas não necessita de ampliação, os problemas existentes são de organização”, tal afirmação merece-nos os seguintes considerandos:

1. O Porto Comercial das Velas, pela sua importância vital para o Concelho das Velas e Ilha de S. Jorge, é o elemento fundamental de qualquer estratégia credível de desenvolvimento sustentado;
2. A generalidade dos agentes económicos do Concelho das Velas e seus representantes, sempre consideraram como prioritários para o desenvolvimento da actividade económica, o melhoramento das condições de operação e a ampliação do Porto Comercial das Velas, existindo a expectativa, apesar das promessas consecutivamente adiadas, de que essa ampliação se realizaria durante o actual Quadro Comunitário de Apoio;
3. As actuais condições de operação do Porto das Velas são deploráveis, a situação nos meses de Verão, quando aumenta o número de viagens de passageiros, e simultaneamente ocorrem operações de carga e descarga de mercadorias e contentores, são um atentado à segurança de todos quantos utilizam por necessidade este espaço;
4. Ao afirmar que o problema do Porto das Velas é de “organização” o Senhor Secretário Regional da Economia, pareceu esquecer que a responsabilidade da dita “organização” pertence à APTO, sociedade anónima de capitais públicos cuja administração é nomeada pelo Governo Regional, podendo concluir-se, que a mesma não desempenha com a competência devida as suas funções, no que diz respeito a esta infra-estrutura.

Assim, tendo em conta o disposto anteriormente os Grupos Municipais do P.S.D. e do C.D.S./P.P. consideram que:

- a) O Porto Comercial das Velas constitui vector fundamental do desenvolvimento do Concelho das Velas e da ilha de S. Jorge, sendo assim entendido por todos os agentes económicos;
- b) A sua ampliação deve decorrer no mais curto espaço de tempo, e ainda durante a vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio, solucionando uma situação

que é insustentável do ponto de vista operacional e da segurança, e não se compadece com soluções cosméticas.

A Assembleia Municipal das Velas deverá solicitar ao Senhor Secretário Regional da Economia, que esclareça de forma definitiva, como tenciona o Governo Regional solucionar o caos actualmente existente no Porto Comercial das Velas, se assume de forma clara e inequívoca a necessidade de ampliação, bem como se assume ou fará assumir a responsabilidade política das circunstâncias lamentáveis em que esta infra-estrutura funciona, com riscos infelizmente comprováveis para os seus utilizadores.”-----

----- Após algumas considerações, foi esta Moção posta à votação tendo sido aprovada com 11 (onze) votos das bancadas proponentes e 9 (nove) votos contra do Grupo Municipal do P.S. O membro Manuel Fernandes Lopes Ávila não votou nesta Moção por se encontrar ausente da sala.-----

----- Pelo Grupo Municipal do P.S. foi apresentado um voto de protesto que a seguir se transcreve: “Os deputados do Partido Socialista à Assembleia Municipal do Concelho de Velas, vem por este meio apresentar um voto de protesto contra o Executivo Camarário, nomeadamente na pessoa do seu Vice-Presidente.

Tal voto vem contestar a atitude do Executivo da Câmara Municipal de Velas que tendo-se comprometido a responder por escrito a questões suscitadas pelos deputados municipais do Partido Socialista, ainda não o fez.

Essa atitude de menosprezo e pouca consideração pela oposição não pode ser tolerada e por isso vimos protestar contra tal acção de forma veemente e por escrito.”-----

----- Na sequência deste voto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que iria responder a estas questões e a todas as outras que lhe fossem colocadas por escrito.-----

----- Posto este Voto à votação foi o mesmo rejeitado com 9 (nove) a favor do Grupo Municipal do P.S. e 10 (dez) votos contra do Grupo Municipal do P.S.D. e 2 (duas) abstenções do Grupo Municipal do C.D.S./P.P..-----

----- De seguida o membro da bancada do P.S. Virgínio Manuel Fonseca da Silveira questionou a Câmara Municipal sobre os procedimentos de análise de projectos de construção e respectivos regulamentos de edificação.-----

----- Em resposta o Senhor Presidente disse que os projectos eram analisados pelo Gabinete Técnico da Autarquia e aprovados ou não de acordo com os Regulamentos de Edificação

existentes.-----

----- Pelo membro do P.S.D., Fátima de Lourdes Bettencourt Amarante, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal questionado sobre a indefinição existente na tutela dos caminhos agrícolas, questão que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ia procurar resolver com o Senhor Secretário Regional numa próxima oportunidade.-----

----- O membro Manuel Soares Silveira questionou a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente sobre um muro de protecção a um terreno do senhor “João Pedro” junto ao Armazém da Autarquia que, segundo o mesmo, o referido muro se encontra inacabado e a parte existente estaria a ser posta em perigo com a retirada de areia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que não foi contactado pelo senhor “João Pedro” sobre este assunto mas que o iria contactar no sentido de se encontrar uma solução para este assunto.-----

----- Ainda no período antes da ordem do dia outras questões foram levantadas, nomeadamente pelo Senhor Luís Virgílio Sousa da Silveira sobre edificações de arquitectura duvidosa na zona da Serroa, pelo Senhor José Manuel Soares de Matos sobre a higiene dos contentores de lixo na Fajã do Ouvidor, pelo Senhor Abel Jorge Igrejas Moreira sobre uma vala existente junto à faixa de rodagem na zona das Levadas, pelo Senhor Vasco Fernandes de Matos sobre a ocupação a dar à Escola Primária das Manadas que se encontra encerrada, sobre a colocação da água em carga na referida Freguesia, sobre a conclusão dos passeios na marginal Terreiros-Urzelina e sobre a não existência de água corrente nos chafarizes já recuperados. O membro Luís Virgílio Sousa da Silveira questionou o Senhor Presidente sobre a asfaltagem da Canada do Capitão Loureiro em Rosais e do Largo do Cemitério e sobre a colocação de rede de protecção na Escola Primária da referida Freguesia. Ainda pelo membro Abel Jorge Igrejas Moreira foi levantada a questão do fim do apoio por parte do Governo da República ao transporte de jornais e revistas do Continente, situação que fez disparar o seu preço no mercado local.-----

----- Todas as questões acima referidas foram respondidas e esclarecidas pelo Senhor Presidente do Município.-----

----- Pelo Grupo Municipal do P.S. foi ainda apresentado um voto de protesto que a seguir se transcreve: “Os deputados do Partido Socialista à Assembleia Municipal do Concelho das Velas, vêm por este meio apresentar um voto de protesto.

Este voto visa, no seu essencial, contestar o voto de protesto apresentado conjuntamente, na última reunião da Assembleia Municipal pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Popular, surpreende-nos que os deputados em causa não tenham querido perceber por ignorância ou maldade, após tantas explicações dadas pelo Partido Socialista, confundiram o inconfundível isto é, a Sociedade Ilhas de Valor com as Ilhas de Coesão, mais grave do que isto foi quando falavam na retirada de dinheiro do plano e orçamento de 2006 para a nossa ilha.

Cumpramos então aos deputados do Partido Socialista desta Assembleia municipal o dever de repor a verdade de uma atitude que aparentemente ingénuo visou denegrir a imagem do Governo que não está aqui para se defender. Nessa altura já toda a gente sabia que a sociedade Ilhas de Valor não apresentou projecto, porque São Jorge ainda não tinha decidido qual o Projecto “com viabilidade Económica” que mais interessa para São Jorge, importa referir que passado tanto tempo e depois de tanta polémica os senhores que a levantaram parecem já ter esquecido e ainda não avançaram com nenhum projecto credível para ser candidatado por São Jorge. No entanto os deputados do PS por São Jorge já sugeriram ao Governo que este devia candidatar-se, entre outros projectos um Pavilhão Multiusos, com piscina coberta e outras valências aberto a toda a população.”-----

----- Posto à votação foi o mesmo reprovado, com 12 (doze) votos contra dos Grupos Municipais do P.S.D. e C.D.S./P.P. e 9 (nove) votos a favor do Grupo Municipal do P.S.-----

----- Iniciado o período da Ordem do Dia e em referência ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Apreciação e Votação do Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas do ano 2005, foi solicitado ao Senhor Presidente do Executivo a apresentação deste ponto.-----

----- No uso da palavra o senhor Presidente disse que este documento se destina à apresentação de contas do ano 2005, verificando-se que o saldo de gerência anterior na parte Orçamental é de 36.419,69€ (Trinta e seis mil, quatrocentos e dezanove euros, sessenta e nove cêntimos), em Operações de Tesouraria é de 396,04€ (Trezentos e noventa e seis euros, quatro cêntimos). Disse que o total de receitas orçamentais é de 5.966.403,71€ (Cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e três euros, setenta e um cêntimos), das quais 2.804.211,43€ (Dois milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e onze euros, quarenta e três cêntimos), em Receitas correntes e 3.162.192,28€ (Três milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e noventa e dois euros, vinte e oito cêntimos) em Receitas de

capital. Informou ainda que no capítulo das Despesas, o total das Despesas Orçamentais é de 5.923.825,86€ (Cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e cinco euros, oitenta e seis cêntimos), das quais 2.600.569,26€ (Dois milhões, seiscentos mil, quinhentos e sessenta e nove euros, vinte e seis cêntimos) em Despesas correntes e 3.323.256,60€ (Três milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e seis euros, sessenta cêntimos) em Despesas de Capital. Disse que o total de entrada de Operações de Tesouraria é de 256.278,01€ (Duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e oito euros, um cêntimo) e de saída o montante de 255.598,24€ (Duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito euros, vinte e quatro cêntimos), que o saldo que transita para a gerência seguinte é de 80.073,35€ (Oitenta mil, setenta e três euros, trinta e cinco cêntimos) sendo que 78.997,54€ (Setenta e oito mil, novecentos e noventa e sete euros, cinquenta e quatro cêntimos) em Execução Orçamental e 1.075,81€ (Mil, setenta e cinco euros, oitenta e um cêntimos) em Operações de Tesouraria.-----

----- Posto à votação foi este ponto aprovado com 9 (nove) votos a favor do Grupo Municipal do P.S.D., 1(um) voto a favor do Grupo Municipal do C.D.S./P.P. e 9 (nove) abstenções do Grupo Municipal do P.S. Os membros Manuel Fernandes Lopes Ávila e Luís Virgílio Sousa da Silveira não votaram neste ponto por se encontrarem ausentes da sala.-----

----- O ponto dois da Ordem de Trabalhos, Aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício (conforme ponto 2.7.3 do POCAL)., foi apresentado pelo Senhor Presidente do Executivo a pedido do Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente do Executivo disse que decorrendo da nota 2.7.3 do POCAL a Câmara tinha deliberado a transferência do Resultado Líquido Negativo do Exercício, que se cifrou em (-) 471.473,36€ (Quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e três euros, trinta e seis cêntimos) para a conta # 59 “resultados transitados”.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa pôs este ponto à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 12 (doze) votos a favor dos Grupos Municipais do P.S.D. e C.D.S./P.P. e 9 (nove) abstenções do Grupo Municipal do P.S.-----

----- Em relação ao ponto três da Convocatória, Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do Município para 2006 disse que se tinha verificado um Reforço Orçamental, tanto em receita como em despesa – € 79.821,84 (Setenta e nove mil oitocentos vinte e um euros, oitenta e quatro cêntimos), sendo em correntes: 38.100,00€

(trinta e oito mil e cem euros), saldo da gerência anterior 78.997,54€ (Setenta e oito mil novecentos noventa e sete euros, cinquenta e quatro cêntimos), e em capital 41.721,84€ (Quarenta e um mil setecentos vinte e um euros, oitenta e quatro cêntimos); PPI, 21.721,84€ (Vinte e um mil setecentos vinte e um euros, oitenta e quatro cêntimos); Actividades mais relevantes (AMR), 20.000,00€ (Vinte mil euros).-----

----- Depois de algumas considerações dos presentes, foi este documento posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com 12 (doze) votos a favor dos Grupos Municipais do P.S.D. e C.D.S./P.P. e 9 (nove) abstenções do Grupo Municipal do P.S.-----

----- O ponto quatro, Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação de Municípios do Triângulo, foi apresentado pelo Presidente do Executivo Camarário.-----

----- No uso da palavra, disse que isto decorria de um procedimento legal para adaptação dos Estatutos à nova Lei.-----

----- Posto à votação foi este ponto aprovado por unanimidade.-----

----- Em relação ao ponto cinco, Apreciação e Votação dos Estatutos da Associação de Municípios da Ilha de S. Jorge, o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra a pedido do Senhor Presidente da Mesa, disse que a constituição desta Associação visava a realização de projectos conjuntos nomeadamente a candidatura do projecto do futuro aterro sanitário da Ilha de S. Jorge.-----

----- Posto este ponto à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- No ponto seis, Indicação do membro da Assembleia Municipal para a Comissão de Análise das Candidaturas (Artigo 7.º, n.º 1, alínea b), Capítulo II) para atribuição de Bolsas de Estudo, deu entrada na mesa uma proposta conjunta dos Grupos Municipais indicando o membro desta Assembleia Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante como efectiva e Maria Adelaide Ferreira da Silveira Gambão, como suplente, tendo esta proposta sido provada por unanimidade.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que é aprovada em minuta, com a concordância de todos os membros, e vai ser assinada por mim Manuel Fernandes Lopes Ávila, 1º Secretário e pelo Sr. Presidente José Gaspar Amaral Pereira.-----

